

BRASIL-UNIÃO EUROPEIA: BALANÇO DE UM ANO¹

*Carmen Fonseca*²

“O Brasil é um parceiro de primeira importância para a UE. O mundo está a mudar, e um Brasil pujante e em ascensão é parte desse novo mundo. A UE regozija-se com um Brasil forte, capaz de contribuir para a resolução dos problemas globais, para a estabilidade e prosperidade na América Latina, e para o incremento das nossas relações bilaterais”

José Manuel Durão Barroso²

Depois da ratificação do Tratado de Lisboa, em Dezembro de 2009 – assinado em 2007 durante a presidência portuguesa –, o ano de 2010 foi marcado pela sua implementação, tendo em conta a introdução de alterações significativas no quadro institucional e no processo decisório da União Europeia (UE)³. Com este texto pretendemos analisar o reflexo destas alterações nas

- 1 Agradeço os comentários de Carlos Gaspar a versões anteriores deste artigo. Os erros e omissões são, naturalmente, da minha responsabilidade.
- 2 Pesquisadora do Instituto Português de Relações Internacionais - Universidade Nova Lisboa (IPRI-UNL), especialista em relações Brasil-Portugal e política externa da União Europeia.
- 2 José Manuel Durão Barroso, Conferência de Imprensa da IV Cimeira UE-Brasil, SPEECH/10/391, Brasília, 14 de Julho de 2010, p. 2. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/391&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>
- 3 As principais alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa podem ser consultadas aqui: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/111652.pdf. Para mais detalhe, vd, por exemplo, AAVV – *Joint Study: The Treaty of Lisbon: A Second Look at the Institutional Innovations*. CEPS, Egmont e European Policy Centre, Setembro 2010. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.epc.eu/> (*continua*)

presidências rotativas exercidas pela Espanha e pela Bélgica durante o ano de 2010, e, mais concretamente, fazer o balanço das duas presidências no que concerne à relação com o Brasil, tendo em conta os resultados das Cimeiras e do plano de ação definido com a parceria estratégica instituída em 2007.

ESPANHA, BÉLGICA E A INAUGURAÇÃO DO TRATADO DE LISBOA

Ao nível institucional, o Tratado de Lisboa estabeleceu a criação dos cargos de Alto-Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e de Presidente do Conselho Europeu, introduzindo um novo equilíbrio e uma nova complexidade nas relações institucionais dentro da UE e com os próprios Estados-membros.

Para o cargo de Alto-Representante foi nomeada a britânica Catherine Ashton. O Alto-Representante tem uma posição institucional única, uma vez que concentra os cargos de representante do Conselho para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), incluindo a presidência do Conselho de Negócios Estrangeiros, e de Vice-presidente da Comissão Europeia. O Alto-Representante acumula funções que até então pertenciam à Presidência rotativa semestral, ao Alto-Representante para a PESC e ao Comissário das Relações Externas⁴. Cabe ao Alto-Representante a representação da UE em matérias de política externa e segurança e a condução do diálogo político com terceiros. O Tratado de Lisboa determinou também a criação do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), sob a tutela do Alto-Representante, que vai integrar as delegações da UE nos Estados-membros e nas organizações internacionais (até então designadas como delegações da Comissão). De referir também que, neste sentido, os representantes da UE nas delegações adquiriram o estatuto equivalente ao de Embaixador.

O belga Herman van Rompuy foi eleito para o cargo de Presidente do Conselho Europeu pelos Chefes de Estado ou Governo dos Estados-membros.

(continuação) documents/ uploads/pub_1150_epc_egmont_ceps_-_treaty_of_lisbon.pdf; «Lisboa: as dúvidas ainda sem resposta», In *Relações Internacionais* n.º 25, Lisboa: IPRI-UNL, Março 2008, pp. 5-11.

4 Cf. Nota informativa sobre o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Serviço Europeu de Acção Externa, Secretariado-geral do Conselho da UE, Novembro de 2009. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Background-HighRepresentative_PT.pdf

O Conselho Europeu, cujas reuniões são dirigidas pelo novo Presidente, passou a reunir num quadro restrito aos próprios Chefes de Estado e de Governo, em conjunto com o Presidente da Comissão e o Alto-Representante. O Conselho passou a ser a instituição que define as orientações fundamentais da União, embora sem funções legislativas. O Presidente atua em coordenação com o Presidente da Comissão, nos trabalhos do Conselho Europeu, e com o Alto Representante, na representação externa da UE⁵.

O Tratado de Lisboa introduziu ainda novas regras na ponderação de votos no Conselho através, a partir de Novembro de 2014, das decisões por dupla maioria; reforçou, significativamente, os poderes do Parlamento Europeu, que passa a co-decidir em matérias relevantes com o Conselho, além de acompanhar as políticas externas e de segurança; fixou o número máximo de 751 euro-deputados; e atribuiu um papel mais interventivo aos parlamentos nacionais no escrutínio legislativo. Foi ainda instituída uma nova Carta dos Direitos Fundamentais e o Direito de Iniciativa dos Cidadãos.

No contexto institucional criado pelo novo Tratado, os meses seguintes foram marcados por acesos debates sobre a natureza das presidências rotativas, bem como por tensões adicionais, nomeadamente entre os Presidentes do Conselho e da Comissão Europeia e entre o Presidente da Comissão Europeia e o Alto-Representante.

O quadro das presidências rotativas da UE mudou profundamente. No passado, cabia ao Chefe de Estado ou de Governo do Estado membro titular da Presidência semestral do Conselho da União Europeia representar a União Europeia em matérias de política externa, designadamente nas cimeiras com países terceiros. Mas, com o Tratado de Lisboa, essas funções passam a pertencer ao Alto Representante ou ao Presidente do Conselho Europeu.

Por conseguinte, com a entrada em 2010 eram grandes as expectativas quanto à forma como ia decorrer a primeira presidência rotativa. Coube à Espanha pôr em prática as novas regras do Tratado de Lisboa no primeiro semestre de 2010, seguindo-se a Bélgica, no segundo semestre⁶, e desde logo, foi possível perceber um exercício distinto desta função por cada um daqueles países.

5 Cf. Nota informativa sobre o Presidente do Conselho Europeu, Secretariado-geral do Conselho da UE, Novembro de 2009. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Background-President_of_the_EC_PT.pdf

6 A troika da presidência é composta ainda pela Hungria que assume a presidência rotativa no primeiro semestre de 2011.

A presidência espanhola foi a “presidência de transição”⁷, a primeira a confrontar-se com as novas instituições e a gerir a nova distribuição de funções, o que, somado com a crise econômica e financeira e a crise do euro, criou obstáculos adicionais ao exercício da sua função⁸.

É evidente que as presidências rotativas sofreram uma perda de estatuto e uma diminuição acentuada dos seus poderes, designadamente nas matérias de política externa e de segurança⁹, que passaram a estar concentradas na Alta Representante e no Presidente do Conselho Europeu. Porém, justamente por ser uma presidência de transição, a definição da agenda teve ainda a marca dos interesses espanhóis, incluindo ao nível da política externa. A América Latina e o Mediterrâneo foram dois temas muito presentes durante aquela presidência, embora com um grau de sucesso diferente, tendo em conta o cancela-

-
- 7 Cf. MOLINA, Ignacio- «‘Innovar Europa’ en tiempos de tribulación: Un primer balance de la Presidencia española de la UE 2010», ARI 115/2010, Real Instituto Elcano, 5 de Julho de 2010. Consultado a 09 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/ea18fd0043192923b165f15cb2335b49/ARI115-2010_Molina_innovar_Europa_primer_balance_presidencia_espanola_UE.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ea18fd0043192923b165f15cb2335b49, ou, SOLA, Natividad Fernández y BLANCO, Alicia Sorroza - «La UE en el mundo: actuaciones y limitaciones de la Presidencia española 2010», ARI 82/2010, Real Instituto Elcano, 6 de Maio de 2010. Consultado a 09 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/dee3d080426140b1aa3fabbbafb9a558/ARI82-2010_Fernandez_Sola_Sorroza_politica_exterior_presidencia_espanola.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=dee3d080426140b1aa3fabbbafb9a558.
- 8 Ignacio Molina identifica três grandes obstáculos à Presidência rotativa espanhola: a crise da dívida pública na Grécia, e que se estendeu a outros países, «afectando indirectamente a Espanha»; «as incertezas no funcionamento institucional depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa»; e o contexto político e económico pouco favorável, da maioria dos Estados-membros, para a implementação das medidas preconizadas pelo Tratado. Cf. MOLINA, Ignacio- «‘Innovar Europa’ en tiempos de tribulación: Un primer balance de la Presidencia española de la UE 2010», ARI 115/2010, Real Instituto Elcano, 5 de Julho de 2010, pp. 2-3. Consultado a 09 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/ea18fd0043192923b165f15cb2335b49/ARI115-2010_Molina_innovar_Europa_primer_balance_presidencia_espanola_UE.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ea18fd0043192923b165f15cb2335b49
- 9 Vd. KACZYŃSKI, Piotr Maciej e BROIN, Peadar ó - «Two new leaders in search of a job description», In CEPS, 25 de Novembro de 2009. Consultado a 11 de Fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/two-new-leaders-search-job-description>. CHOPIN, Thierry e LEFEBVRE, Maxime - «Three Phone Numbers for Europe: Will the Lisbon Treaty Make the European Union More Effective Abroad?» In The Brookings Institution, 6 de Janeiro de 2010. Consultado a 11 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2010/0106_european_union_chopin/0106_european_union_chopin.pdf

mento da Cimeira com a União para o Mediterrâneo. O adiamento da Cimeira anual com os Estados Unidos pelo presidente Barack Obama¹⁰, num momento crítico para a coordenação das estratégias de resposta à crise económica entre a União Europeia e os Estados Unidos, sublinhou tanto a perda de relevância da Espanha e das presidências rotativa, como a diminuição do estatuto da UE nas prioridades da política externa norte-americana. Para esses factos são apontadas algumas causas conjunturais, incluindo a dificuldade europeia em articular e coordenar a sua política externa comum¹¹. Em contrapartida, as Cimeiras realizadas com o Mercosul e com a América Latina e Caribe obtiveram resultados positivos, os quais, no caso do Mercosul eram há muito esperados. A América Latina continua a ser uma “área fundamental para os interesses espanhóis no exterior”¹².

No semestre seguinte, os problemas da presidência rotativa da Bélgica foram ainda maiores. A crise política interna que se instalou no país, e que levou à queda do governo em Abril de 2010, estendeu-se até ao início da presidência rotativa, que foi exercida por um governo de gestão. Não obstante, de acordo com alguns analistas, é possível fazer um balanço positivo da 12ª presidência belga, favorecida pela “estrutura federal da Bélgica e [pelo] novo quadro institucional do Tratado de Lisboa”¹³. De certa maneira, as alterações

-
- 10 VAÏSSE, Justin- «Thank You, President Obama». In *International Herald Tribune*, 5 de Fevereiro de 2010. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2010/0205_obama_european_union_vaisse.aspx
- 11 SOLA, Natividad Fernández y BLANCO, Alicia Sorroza - «La UE en el mundo: actuaciones y limitaciones de la Presidencia española 2010», ARI 82/2010, Real Instituto Elcano, 6 de Maio de 2010, pp. 5-7. Consultado a 09 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/dee3d080426140b1aa3fabbbafb9a558/ARI82-2010_Fernandez_Sola_Sorroza_politica_exterior_presidencia_espanola.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=dee3d080426140b1aa3fabbbafb9a558
- 12 MOLINA, Ignacio- «'Innovar Europa' en tiempos de tribulación: Un primer balance de la Presidencia española de la UE 2010», ARI 115/2010, Real Instituto Elcano, 5 de Julho de 2010. Consultado a 09 de Fevereiro de 2011, p. 8. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/ea18fd0043192923b165f15cb2335b49/ARI115-2010_Molina_innovar_Europa_primer_balance_presidencia_espanola_UE.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ea18fd0043192923b165f15cb2335b49
- 13 BEKE, Mike - «Review of the Belgian rotating presidency: from political to administrative leadership», ARI 16/2011, Real Instituto Elcano, 27 de Janeiro de 2011, p. 2. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/5011e480459281f78e1dcf5e7489e10f/ARI16-2011_Beke_Belgian_Rotating_Presidency_Political_Administrative_Leadership.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5011e480459281f78e1dcf5e7489e10f

introduzidas pelo Tratado de Lisboa, ao criarem novas figuras no quadro institucional da UE, compensaram a inexistência de uma liderança forte na Bélgica. Deste modo, podemos concluir que aquilo que foi apontado como fator de enfraquecimento do papel dos Estados nas presidências rotativas, acabou por se revelar positivo durante o exercício belga, quando o país estava paralisado pela mais longa das suas crises políticas internas.

A UNIÃO EUROPEIA E O BRASIL

No que diz respeito às relações entre a União Europeia e o Brasil, o principal marco do ano de 2010 reside no sucesso da Cimeira Mercosul-União Europeia. A Cimeira, realizada durante a presidência espanhola, aprovou o relançamento das negociações (estagnadas desde 2004) entre as duas instituições com vista ao estabelecimento de um Acordo de Associação. No plano estritamente bilateral, foram dados alguns passos para a implementação dos objetivos definidos no Plano de Ação, reforçados, essencialmente, pelo incremento dos diálogos sectoriais.

Deste modo, facilmente percebemos que falar das relações UE-Brasil implica fazer uma tripla análise¹⁴. Por um lado, as relações bilaterais, propriamente ditas, da União Europeia com o Brasil, por outro, as relações de cada um dos Estados-membros da União Europeia com o Brasil, e, por fim, as relações entre a União Europeia e o Mercosul, os dois mecanismos institucionais equivalentes em cada uma das regiões.

Na última década, o relacionamento da UE com o Brasil foi aprofundado, por um lado, durante a Presidência portuguesa, em 2007, com a celebração da parceria estratégica e da inauguração da Cimeira entre o Brasil e a União Europeia, e por outro, durante a Presidência espanhola, em 2010, com o relançamento das negociações entre o Mercosul e a União Europeia. O vínculo de Portugal e de Espanha à região latino-americana é histórico, e mais do que serem os representantes da América Latina na União Europeia, estes países são um importante intermediário entre as duas regiões, zelando, naturalmen-

14 Não incluindo aqui o diálogo mais amplo da União Europeia com a América Latina e Caribe, através das cimeiras anuais. Vd. por exemplo, MALAMUD, Andrés – «Between Wishful Thinking and Late Realism», In *EUSA Review*, vol. 23, nº 1, Inverno 2010. Disponível em: http://www.eustudies.org/publications_review_winter10.php#list-4

te, pelos seus próprios interesses, quer seja para estreitarem as relações com alguns dos países daquela região, quer seja para consolidarem a sua posição no seio da UE.

Se o tema do comércio foi um dos motes para o início da relação entre a União Europeia e o Brasil¹⁵, também tem sido o seu calcanhar de Aquiles, designadamente no que concerne aos produtos agrícolas (especialmente por parte da França e também da Irlanda). As posições intransigentes em relação aos temas comerciais foram um dos motivos que levaram à estagnação das negociações entre os dois blocos para o estabelecimento de um Acordo de Associação – note-se que, em 2010, o Brasil abriu a seção agrícola na Embaixada de Paris. Na região, a União Europeia tem já um Acordo de Livre Comércio com o México (assinado em 1997) e um Acordo de Associação com o Chile (assinado em 2002), tendo assinado em 2010 um acordo de Livre Comércio com a América Latina e Caribe.

Na verdade, as relações comerciais são centrais no entendimento do Brasil e da União Europeia (bem como entre o Mercosul e a União Europeia), o que nos remete para as relações bilaterais de cada um dos Estados-membros com o Brasil. No cômputo geral o Brasil é o 10º parceiro comercial mais importante da UE (em 2009), mas o mercado europeu é central para o comércio brasileiro, já que os países da UE representam o segundo maior parceiro comercial do Brasil (atrás da África e à frente da América Latina e Caribe) – Holanda, Alemanha, França, Itália e Espanha foram os principais importadores do Brasil em 2009, assim como estão também entre os principais investidores no Brasil.

Na sequência da proposta da Comissão Europeia, a reabertura das negociações entre a UE e o Mercosul, sob a presidência espanhola, do lado europeu, e a presidência *pro tempore* da Argentina, do lado do Mercosul, deu um importante fôlego às relações entre as duas instituições. Em Madrid, na declaração conjunta emitida, os líderes reconheceram as vantagens do acordo,

15 Para uma análise histórica e mais detalhada da relação UE-Brasil vide por exemplo: MEDEIROS, Marcelo de Almeida e LEITÃO, Natália - «Bridge over waters: Brasil, Mercosul e União Europeia (1980-2008)», In MARTINS, Estevão C. de Rezende e SARAIVA, Miriam Gomes - *Brasil-União Europeia-América do Sul, Anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp. 12-39. SARAIVA, Miriam Gomes - «A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul». In *Revista Brasileira de Política Internacional* 46 (1), 2004, pp. 84-111.

assim como a necessidade de “desenvolver esforços consideráveis e sublinharam o seu total empenho em iniciar essas negociações”¹⁶. Foi ainda reforçada a importância da conclusão das negociações na Organização Mundial do Comércio, “tendo presente o papel crucial do comércio internacional enquanto motor de crescimento econômico e de desenvolvimento”¹⁷, embora o comunicado apresente também a necessidade de explorar cooperação em outros domínios, como a inovação e a tecnologia. Neste sentido, em Setembro de 2010, o Comissário Europeu para o Comércio, Karel De Gucht, visitou o Brasil, que assumia então a presidência *pro tempore* do Mercosul – encontrando-se com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – e também a Argentina¹⁸.

Note-se ainda que, de acordo com informação disponibilizada pela UE, em termos de exportações da UE, o Mercosul está na mesma posição que a Índia e à frente do Canadá e da Coreia do Sul, e quanto aos investimentos da UE, estes atingem um valor superior ao conjunto dos investimentos na China, Índia e Rússia¹⁹.

A Declaração Conjunta da IV Cimeira UE-Brasil²⁰, realizada em Brasília, sob a presidência belga, enunciou o mesmo tipo de temas que a Cimeira do ano anterior – os desafios globais, as questões regionais e internacionais e os assuntos bilaterais. Em relação ao primeiro foram mencionados os assuntos financeiros e econômicos em que “o Brasil reconheceu as medidas adotadas

16 IV Cimeira UE-Mercosul, Comunicado conjunto, 17 de Maio de 2010, Conselho da União Europeia, Madrid, parágrafo 2. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/114486.pdf

17 IV Cimeira UE-Mercosul, Comunicado conjunto, 17 de Maio de 2010, Conselho da União Europeia, Madrid, parágrafo 3. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/114486.pdf

18 Em Fevereiro de 2011 Karel De Gucht fez uma visita também ao Paraguai, onde afirmou que as negociações estavam a evoluir, mas adiantou que o Acordo não seria concluído durante o ano de 2011. Cf. «Pacto Mercosul-UE não será concluído em 2011, diz comissário», In Estado de S. Paulo, 7 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/not_54091.htm

19 «Karel De Gucht, Comissário da UE para o Comércio, visita o Brasil e a Argentina para tratar das negociações comerciais UE-Mercosul». Disponível em: http://ec.europa.eu/delegations/brazil/press_corner/all_news/news/2010/20100913_01_pt.htm

20 IV European Union-Brazil Summit Joint Statement, Brasília, 14 de Julho de 2010. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf

para preservar a estabilidade financeira na Europa, inclusive o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira” (ponto 2), do mesmo modo, reconheceram as iniciativas do G20 e “reafirmaram o seu papel como mais importante fórum de cooperação econômica internacional” (Ponto 4). Incluiu ainda as questões do desenvolvimento sustentável, mudança climática, energia e biodiversidade, congratulando o Brasil pelo acolhimento da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar no Rio de Janeiro, em 2012. Nestas matérias foi ainda reafirmada a necessidade do Brasil e da UE trabalharem em conjunto para enfrentarem as alterações climáticas, comprometendo-se a promover o uso das energias renováveis e a cooperarem “com os países interessados na promoção da produção sustentável de biocombustíveis, bioelectricidade e outras formas de energia sustentável em nível internacional” (Ponto 7).

No que diz respeito às questões regionais e internacionais, destaca-se da Declaração Conjunta as referências, no quadro dos valores, à necessidade de promover e garantir a paz, a segurança, os direitos humanos e as liberdades em cada uma das regiões, assim como a erradicação da pobreza que ambas as partes reconheceram como um dos maiores desafios do século XXI. Foi ainda ressaltada a importância das cimeiras realizadas entre a UE e os vários atores da região, especialmente com o Mercosul, considerada importante para reforçar “as relações entre as duas regiões e trará benefícios políticos e econômicos substanciais para ambas as partes” (Ponto 16). A Declaração Conjunta remete também para as questões relativas ao comércio internacional; ao processo de paz do Oriente Médio e à proliferação nuclear, em particular a questão iraniana, para o qual “o Brasil e a UE reafirmaram a importância de medidas de construção de confiança sobre o programa nuclear iraniano e saudaram recentes esforços do Brasil e da Turquia” (Ponto 21).

No tópico das relações bilaterais foi feita uma avaliação do Plano de Ação²¹ implementado em 2008, e reconhecida a importância das reuniões da Comissão Mista Brasil-UE, das reuniões do Diálogo Político de Alto Nível, assim como das reuniões para o diálogo bilateral em vários domínios (desde social, econômico e comercial, aos direitos humanos, educação e cultura,

21 Brazil-European Union Strategic Partnership Joint Action Plan, Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 2008. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://eeas.europa.eu/brazil/docs/2008_joint_action_plan_en.pdf

desarmamento). Do Plano de Ação, que previa o desenvolvimento da parceria estratégica em cinco grandes pontos – a promoção da paz e da segurança; o aprofundamento da parceria econômica, social e ambiental para a promoção de desenvolvimento sustentável; a promoção da cooperação regional; a promoção da ciência, tecnologia e inovação e a promoção de intercâmbios entre os povos – foram assinalados os desenvolvimentos ao nível do Acordo de Cooperação entre a Euratom e o Brasil, com a reunião técnica na Grã-Bretanha (o acordo foi assinado em 2009, mas ainda não entrou em vigor); do Acordo Brasil-UE para Cooperação Científica e Tecnológica, e do Memorando de Entendimento sobre a política de concorrência.

Durante a IV Cimeira foi reconhecida a importância da assinatura em 2010 do Mecanismo de Consultas Brasil-UE em questões sanitárias e fitossanitárias, do Memorando de Entendimento Brasil-UE sobre Cooperação Estatística e da Carta de Intenções entre o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil e a Comissão Europeia. Foi também anunciada a implementação da Iniciativa de Cooperação Trilateral UE-Brasil-África que se iniciou com a parceria com Moçambique para o desenvolvimento sustentável da bioenergia. Esta cooperação decorre do reconhecimento, na Cimeira de Estocolmo, da necessidade de empenho nestas matérias especialmente com os países mais pobres, assim como dos objectivos definidos no Plano de Ação.

É importante mencionar ainda a cooperação existente ao nível das relações aéreas que inclui o Acordo Horizontal Brasil-UE para as relações aéreas e o Acordo Brasil-UE de Segurança Aérea, que culminou com a assinatura, e ratificação já em Fevereiro de 2011, do Acordo Brasil-UE sobre a isenção de vistos de curta-duração. Este Acordo facilita a livre circulação de pessoas entre a UE e o Brasil, já que vem dispensar os vistos para estadias até três meses, estando, contudo, excluídos deste acordo os estudantes, pesquisadores ou as pessoas que se desloquem para o exercício de uma atividade remunerada.

A Declaração Conjunta da IV Cimeira assinala também que o “Brasil e a União Europeia decidiram lançar conversas exploratórias na área da política de defesa e de segurança”²², o que reflete um primeiro passo para a inclusão das *high politics* no relacionamento Brasil-UE.

22 IV European Union-Brazil Summit Joint Statement, Brasília, 14 de Julho de 2010, p. 11. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf

Como habitualmente, em paralelo à Cimeira de alto nível realizou-se o Fórum Empresarial. Na sua declaração, Van Rompuy destacou três elementos: a crise econômica e financeira, as alterações climáticas e a inovação, concluindo que “o Brasil e a UE partilham valores comuns: tentamos juntar o dinamismo econômico com a justiça social e a sustentabilidade ecológica. É o modelo do futuro. É o modelo do ser humano”²³.

A Declaração Conjunta do Fórum, além de se referir ao atual contexto econômico internacional, ao multilateralismo, aos investimentos, às questões da energia e das alterações climáticas, demonstra a importância de a UE e o Mercosul concluírem o Acordo de Livre Comércio, acrescentando que “as partes deveriam adotar uma posição pragmática de modo a encontrarem formas de alcançar um resultado ambicioso o mais rápido possível, pondo todas as opções na mesa”²⁴.

No tocante à cooperação entre o Brasil e os Estados-membros da UE, o balanço de 2010 foi positivo se olharmos para a cooperação estabelecida, pese embora os acordos terem sido concretizados com os habituais países, exceptuando-se a Letônia (país com o qual foi estabelecido um Acordo sobre Cooperação Desportiva), a República Tcheca (promoção de um programa de intercâmbio) e a Romênia (Acordo de Comércio e Cooperação Económica).

No quadro mais tradicional do relacionamento do Brasil, destaca-se a articulação da relação com a França (além de abrir o setor agrícola na Embaixada em Paris foi estabelecido um Memorando de Entendimento entre empresas brasileiras e francesas, Shell e Cosam); a Itália (através de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Desportiva e sobre Cooperação no sector de infra-estruturas); Portugal (através do Protocolo de Cooperação Técnica entre o Estado do Rio de Janeiro e Portugal, na área de saneamento; o Acordo de cooperação para a produção de bio-combustível entre a AICEP, a Galp e a Petrobras; e o Memorando de Entendimento entre o MCT do Brasil e o MCTES de Portugal, para a pesquisa e produção de hidro-carbonetos em águas profundas no Atlântico) e o Reino Unido (com o qual foi firmado um

23 Remarks by President Van Rompuy at the 4th EU-Brazil Business Forum, Brasília, 14 de Julho de 2010. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/115814.pdf.

24 IV EU-Brazil Business Summit, EU-Brazil Partnership Cooperation Strategies for Enhancing Bilateral Relations. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/international/files/2010-07-14-joint-declaration-bs_en.pdf

Memorando de Entendimento sobre Cooperação para desenvolver legados econômico, comercial e de reputação como anfitriões das Olimpíadas). De referir ainda o Acordo na área da Defesa (para o projecto do KC390 da Embraer) com a Itália e a República Tcheca e ao qual Portugal se juntou com uma declaração de intenções.

No quadro das relações do Brasil com os Estados-membros podemos analisar também as visitas oficiais²⁵ que foram realizadas, durante o ano de 2010, pelo Presidente e pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil aos países da União Europeia e o inverso. Ao contrário dos anos anteriores, 2010 foi marcado por uma atividade menos intensa do Presidente Lula da Silva, consequência talvez do quadro eleitoral brasileiro. O Presidente Lula não efetuou qualquer visita oficial aos Estados-membros da UE, embora tenha recebido o Rei da Suécia. Registe-se que em 2009 Lula tinha estado em visita oficial à Bélgica e à Alemanha (assim como à Turquia e à Ucrânia), e tinha recebido o Primeiro-ministro da Holanda e do Reino Unido e o Presidente da França. Ainda assim, em 2010, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, fez um périplo por cinco países da União Europeia (Áustria, Bulgária, Estônia, Polónia e Romênia) deslocando-se ainda à Bósnia, Sérvia e Turquia, e recebeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria e o Primeiro-ministro italiano. É de assinalar que as relações do Brasil com a Europa não se restringem somente aos Estados-membros da UE, conforme evidenciam as visitas oficiais realizadas por Lula da Silva e por Celso Amorim, o que está intimamente relacionado com o pragmatismo da política externa brasileira.

25 Informação recolhida e tratada a partir dos dados disponibilizados em: Ministério das Relações Exteriores – Visitas internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo - 2003 a 2010, Brasília, Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-do-presidente-lula-e-visitas-ao-brasil-de-chefes-de-estado-e-de-chefes-de-governo-2003-a-2010/at_download/file. Ministério das Relações Exteriores – Visitas internacionais e nacionais do Ministro Celso Amorim e visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros ao Brasil - 2003 a 2010, Brasília, Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-e-nacionais-do-ministro-celso-amorim-e-visitas-de-ministros-de-negocios-estrangeiros-ao-brasil-2003-a-2010/at_download/file

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Parceria Estratégica UE-Brasil é importante para as duas partes, embora tenha significados diferentes para cada um dos dois atores. Para o Brasil, a Parceria Estratégica representa um reconhecimento importante do seu estatuto como a principal potência da América do Sul e permite a projeção da sua imagem internacional. Para a UE, a Parceria com o Brasil significa um passo relevante no desenvolvimento das parcerias com o conjunto das potências emergentes e representa a formalização de uma relação “especial” com o Brasil. Na verdade, a actuação externa do Brasil é caracterizada sobretudo pelo *soft power*, do mesmo modo que a política externa da UE. Nesse sentido, a relação com a UE permite que o Brasil amplie os domínios onde é mais capaz: o ambiente e as alterações climáticas; as energias renováveis ou alternativas e o comércio, nomeadamente de matérias-primas.

Apontar para uma agenda comum implica destacar esses domínios, onde é possível conciliar interesses e articular objetivos, valorizando as principais vantagens de cada um dos actores. Mas, olhando para a UE e para o Brasil como actores globais, exige-se mais da sua parceria através do aprofundamento do diálogo e da cooperação noutras áreas, nomeadamente ao nível da segurança, como aliás o Plano de Acção prevê. A UE e o Brasil estão localizados em espaços geográficos distintos mas contíguos, e partilham interesses comuns tanto nos espaços regionais de um e de outro, como noutras áreas regionais. O continente africano²⁶, palco de atenções partilhadas pela UE e pelo Brasil, tanto na dimensão continental como marítima, é um exemplo onde se poderia incrementar uma cooperação mais estreita ao nível da segurança.

Fazer o balanço das Presidências espanhola e belga leva-nos a sublinhar as principais alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, que se revelaram de formas distintas em cada um dos casos. A primeira, foi uma presidência de

26 No balanço da política externa brasileira do período 2003-2010, apresentado pelo governo brasileiro, realçam-se, dentre os resultados obtidos ao nível da ciência, tecnologia e inovação nas relações com a Europa, as «conversações com Portugal para a realização, possivelmente em 2011, da I Comissão Mista Luso-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, que deverá explorar dentre outros, projeto de programa de pesquisa sobre o Atlântico Sul no formato trilateral (América-Europa-África)». Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2011>.

transição onde a Espanha teve de se empenhar decisivamente para conseguir ainda impor a sua agenda na dimensão ibero-americana e mediterrânica contra a tendência para a concentração dos poderes da presidência do Conselho nas novas instituições. A segunda acelerou essa concentração europeia e o novo quadro institucional pôde assegurar o exercício da presidência rotativa num quadro de paralisia interna da Bélgica. Mas, tanto numa como noutra, as relações com o Brasil estiveram presentes. Em todo o caso, parece ser ainda cedo para ter um modelo, e avaliar as “consequências” da lógica de funcionamento imposta pelo Tratado de Lisboa.

Assim, como pudemos verificar, no caso específico das relações da UE com o Brasil, foi possível assinalar algo de concreto em 2010, como a conclusão do Acordo sobre aviação civil e vistos, embora só tenha sido assinado em 2011, e, em particular, a cooperação trilateral com Moçambique, na área específica do desenvolvimento de bio-energia. Para que a parceria Brasil-UE reflita profundamente o seu significado “exclusivo”, será fulcral que as ambições estratégicas definidas no plano de ação sejam transformadas em acções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV – *Joint Study: The Treaty of Lisbon: A Second Look at the Institutional Innovations*. CEPS, Egmont e European Policy Centre, Setembro 2010. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_1150_epc_egmont_ceps_-_treaty_of_lisbon.pdf

BARROSO, José Manuel Durão – Conferência de Imprensa da IV Cimeira UE-Brasil, SPEECH/10/391, Brasília, 14 de Julho de 2010, p. 2. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/391&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>

BEKE, Mike – «Review of the Belgian rotating presidency: from political to administrative leadership», ARI 16/2011, Real Instituto Elcano, 27 de Janeiro de 2011, p. 2. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/5011e480459281f78e1dcf5e7489e10f/ARI16-2011_Beke_Belgian_Rotating_Presidency_Political_Administrative_Leadership.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5011e480459281f78e1dcf5e7489e10f

CHOPIN, Thierry e LEFEBVRE, Maxime – «Three Phone Numbers for Europe: Will the Lisbon Treaty Make the European Union More Effective Abroad?» In The Brookings Institution, 6 de Janeiro de 2010. Consultado a 11 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2010/0106_european_union_chopin/0106_european_union_chopin.pdf

Conselho da União Europeia, IV Cimeira UE-Mercosul, Comunicado conjunto, 17 de Maio de 2010, Madrid. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/114486.pdf

Conselho da União Europeia, IV European Union-Brazil Summit Joint Statement, Brasília, 14 de Julho de 2010. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf

Conselho da União Europeia, IV European Union-Brazil Summit Joint Statement, Brasília, 14 de Julho de 2010, p. 11. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf

Conselho da União Europeia, Remarks by President Van Rompuy at the 4th EU-Brazil Business Forum, Brasília, 14 de Julho de 2010. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/115814.pdf

General Secretariat of the Council of the EU – Information Note, Treaty of Lisbon, Dezembro de 2009, Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/111652.pdf

KACZYŃSKI, Piotr Maciej e BROIN, Peadar ó – «Two new leaders in search of a job description», In CEPS, 25 de Novembro de 2009. Consultado a 11 de Fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/two-new-leaders-search-job-description>

Karel De Gucht, Comissário da UE para o Comércio, visita o Brasil e a Argentina para tratar das negociações comerciais UE-Mercosul. Disponível em: http://ec.europa.eu/delegations/brazil/press_corner/all_news/news/2010/20100913_01_pt.htm

Lisboa: as dúvidas ainda sem resposta», In *Relações Internacionais* n.º 25, Lisboa: IPRI-UNL, Março 2008, pp. 5-11

MALAMUD, Andrés. “Between Wishful Thinking and Late Realism”, In *EUSA Review*, vol. 23, n.º 1, Inverno 2010. Disponível em: http://www.eustudies.org/publications_review_winter10.php#list-4

MEDEIROS, Marcelo de Almeida e LEITÃO, Natália - «Bridge over waters: Brasil, Mercosul e União Europeia (1980-2008)», In MARTINS, Estevão C. de Rezende e SARAIVA, Miriam Gomes – *Brasil-União Europeia-América do Sul, Anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp. 12-39.

Ministério das Relações Exteriores – Balanço de política externa 2003-2010, Brasília, Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>

Ministério das Relações Exteriores – Visitas internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo - 2003 a 2010, Brasília, Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-do-presidente-lula-e-visitas-ao-brasil-de-chefes-de-estado-e-de-chefes-de-governo-2003-a-2010/at_download/file

Ministério das Relações Exteriores – Visitas internacionais e nacionais do Ministro Celso Amorim e visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros ao Brasil - 2003 a 2010, Brasília, Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-e-nacionais-do-ministro-celso-amorim-e-visitas-de-ministros-de-negocios-estrangeiros-ao-brasil-2003-a-2010/at_download/file

MOLINA, Ignacio. “‘Innovar Europa’ en tiempos de tribulación: Un primer balance de la Presidencia española de la UE 2010”, ARI 115/2010, Real Instituto Elcano, 5 de Julho de 2010. Consultado a 09 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/ea18fd0043192923b165f15cb2335b49/ARI115-2010_Molina_innovar_Europa_primer_balance_presidencia_espanola_UE.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ea18fd0043192923b165f15cb2335b49

«Pacto Mercosul-UE não será concluído em 2011, diz comissário», In Estado de S. Paulo, 7 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/not_54091.htm

SARAIVA, Miriam Gomes. “A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul”. In *Revista Brasileira de Política Internacional* 46 (1), 2004, pp. 84-111.

Secretariado-geral do Conselho da UE – Nota informativa sobre o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Serviço Europeu de Acção

Externa, Novembro de 2009. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Background-HighRepresentative_PT.pdf

Secretariado-geral do Conselho da UE – Nota informativa sobre o Presidente do Conselho Europeu, , Novembro de 2009. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Background-President_of_the_EC_PT.pdf

Servico Europeu de Accao Externa, Brazil-European Union Strategic Partnership Joint Action Plan, Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 2008. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://eeas.europa.eu/brazil/docs/2008_joint_action_plan_en.pdf

SOLA, Natividad Fernández y BLANCO, Alicia Sorroza. “La UE en el mundo: actuaciones y limitaciones de la Presidencia española 2010”, ARI 82/2010, Real Instituto Elcano, 6 de Maio de 2010. Consultado a 09 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/dee3d080426140b1aa3fabbbafb9a558/ARI82-2010_Fernandez_Sola_Sorroza_politica_exterior_presidencia_espanola.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=dee3d080426140b1aa3fabbbafb9a558

VAÏSSE, Justin. “Thank You, President Obama”. In *International Herald Tribune*, 5 de Fevereiro de 2010. Consultado a 9 de Fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2010/0205_obama_european_union_vaisse.aspx

IV EU-Brazil Business Summit, EU-Brazil Partnership Cooperation Strategies for Enhancing Bilateral Relations. Consultado a 31 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/international/files/2010-07-14-joint-declaration-bs_en.pdf